

ENSINO DO LATIM E MODELOS DE COMPETÊNCIA: O ALUNO FORMADO PELA *RATIO STUDIORUM* E PELAS NOSSAS ESCOLAS

*José Sílvio M. Fernandes**

Debater a situação dos modelos de competência no ensino/aprendizagem do latim nas nossas escolas, à luz de alguns preceitos do método pedagógico dos Jesuítas (*Ratio Studiorum*), constitui um imperativo necessário para a clarificação de equívocos e preconceitos cultivados pela tradição pedagógica portuguesa.

A *Ratio Studiorum*, plano pormenorizado de estudos e código prático de regras, nasceu do trabalho de sistematização pedagógica, realizado pelos Jesuítas, ao longo da segunda metade do séc. XVI, com a colaboração activa dos seus estabelecimentos de ensino. O veredicto do saber científico e da experiência dos educadores jesuítas foi por duas vezes requisitado institucionalmente, em 1586 e 1591, para fundamentar as disposições propostas nas versões enviadas de Roma. Os juízos críticos resultantes deste processo de apreciação foram reunidos num conjunto de *iudicia et obseruationes* fundamentais para a elaboração da versão definitiva da *Ratio Studiorum*, promulgada, em 1599, pelo

* Professor da Universidade da Madeira.

P.^e Aquaviva, Geral da Companhia de Jesus. Ficou assim constituído o instrumento pedagógico que orientou, de forma praticamente inalterável, a política educativa da Ordem, ao longo de quase dois séculos, até à sua supressão, em 1773.

Quanto ao currículo humanista ou Curso de Letras, a *Ratio* preconizava a obtenção de níveis de excelência nas suas cinco classes: expressão bela e elegante na Gramática (Inferior, Média e Superior); expressão clara e correcta nas Humanidades; e expressão enérgica e persuasiva na Retórica.

Ao princípio estruturante deste curso, sem correspondência directa na divisão anual dos nossos currículos, subordinava-se o critério das condições necessárias para se transitar de classe, condicionado pela soma de conhecimentos adquiridos. Por isso, o aluno desta formação inicial podia levar seis ou mais anos a obter o acesso aos cursos de Filosofia ou de Teologia. A ideia tão notável de se marcar o progresso curricular do aluno não exclusivamente a partir da compartimentação temporal não é nova, nem mesmo nos colégios dos Jesuítas, uma vez que muitos dos aspectos que se lhes apontam como inovadores já Inácio de Loyola os tinha encontrado na Universidade de Paris, onde foi beber parte importante da sua formação pedagógica.

O estudo do latim, considerado como vínculo de unidade da civilização europeia e como meio por excelência de transmissão de toda a cultura superior, tinha assim, neste plano e no século XVI, uma legitimação histórica muito mais convincente do que a actual. O alunos aprendiam o latim como se de uma língua viva se tratasse e, ao adquirirem habilidades linguísticas na leitura, na escrita e na elocução, perseguiram o ideal pedagógico dos Jesuítas, o domínio estilístico da língua *ad perfectam eloquentiam*. Uma carga lectiva diária de duas horas e meia, durante pelo menos três anos de gramática, estudada pela célebre *De Institutione Grammatica Libri Tres* do padre jesuíta madeirense Manuel Álvares, respondia a parte da formação inicial exigida para este efeito, sendo comparativamente muito superior às quatro horas semanais dos actuais dois ou três anos de latim do ensino secundário. As nossas escolas têm pretendido formar um tipo de aluno diferente, com um desempenho linguístico mais especializado, sobretudo orientado para a formação de leitores e tradutores literários de textos dos escritores latinos.

O produto final da aplicação de sistemas pedagógicos tão divergentes, quanto às finalidades, resulta naturalmente diverso, tanto mais que, na formação do aluno de latim do séc. XVI, participava uma mundividência

linguística muito favorável. Aprender latim era considerado um processo normal e até inevitável para quem desejava ascender aos graus de saber superiores. Não era fundamental encontrar justificações mais ou menos construídas, mais ou menos artificiais ou mais ou menos enganosas para atrair algumas almas incautas e/ou piedosas para o estudo do latim. Nem tão-pouco era necessária a artimanha malévola de quase dissimular a superioridade de inteligência de quem tinha escolhido estudar a língua de Cícero. Os alunos viviam num ambiente latinizante muito propício a não exigir parte substancial da motivação que, por exemplo, o professor de latim das nossas escolas secundárias tem de *invenire* para sossegar os seus alunos, subitamente colocados perante um caudal avassalador de informação linguística. A impreparação, repetidas vezes diagnosticada e sempre anunciada de forma catastrófica, tem afinal uma etiologia pedagógica e historicamente situada: o processo de massificação do ensino, subordinado a critérios específicos de exigência. No âmbito das línguas, resultou na ausência dos mecanismos de interiorização responsáveis pela criação da consciência metalinguística, tão essencial para o entendimento da indissociabilidade activa do pensamento e da expressão.

Mais grave se torna esta situação quando o latim é escolhido como alternativa à experiência falhada no Inglês ou no Francês, reflexo da procura desesperada de um remédio que não passa de um paliativo. Parece que cura, mas não cura. Ao entusiasmo das primeiras aulas e de frases do tipo *Roma in Italia est*, sobrevirá, em breve, a descoberta amarga de um logro excessivamente nocivo para todos os intervenientes no processo.

A consciência destes factores afecta, como é óbvio, o cotejo dos critérios de formação na *Ratio Studiorum* e nas nossas escolas. O método pedagógico dos Jesuítas criou modelos de competência actuantes, muito orientados para a formação de alunos/mestres exímios leitores, tradutores, falantes e escritores de um padrão de latim aplicável à sua actividade religiosa. A apropriação literária dos autores profanos não constituía, por isso, mais do que um expediente, uma propedêutica ao estudo da Bíblia e à formação cristã, no âmbito de uma Antiguidade Clássica feita à imagem e semelhança do Cristianismo. Os códigos morais e literários vigentes preceituaram a procura preventiva de uma idolatria, de uma voluptuosidade escondida debaixo de uma simples palavra, de uma metáfora ou ainda numa obra inteira. Como moralistas, Plutarco e Séneca tiveram uma adopção isenta de dificuldades; Virgílio não foi muito afectado, embora o Livro IV da *Eneida* tivesse sido recusado; Terêncio foi expulso dos currículos dos colégios no séc. XVI;

Catulo e Ovídio sofreram horrores às mãos dos agentes desta política expurgatória. Assistiu-se então ao advento de antologias de textos ou de Odes escolhidas, criando-se, pela manipulação fraccionada de obras, uma imagem "cristianizante" da literatura latina.

A existência deste tipo de atitude e de organização pedagógica permitiu formar gerações e gerações de professores de latim e de humanidades, e um escol de intelectuais possuidores de um instrumento linguístico ainda muito poderoso, que geria a circulação e a troca de conhecimentos numa verdadeira rede de intercomunicação espalhada por toda a Europa.

Aos homens que falavam latim, que escreviam latim, que traduziam latim e que até produziam textos literários originais em latim, foi dada a oportunidade de operarem uma configuração mental e uma interiorização da língua muito dissemelhante da que hoje é exigida. Os alunos dos colégios dos Jesuítas não só deviam saber dissertar oralmente ou por escrito sobre um dado tema, como também deviam ser fiéis depositários de um acervo notável de conhecimentos literários, filológicos, históricos, religiosos ou filosóficos. O apelo a este tipo de erudição, que conduziu professores e alunos para questões muito particulares e para um saber intensamente cumulativo, terá sido responsável pela imagem do latinista sábio, antiquado e etimológico.

A construção de um corpo linguístico e literário muito circunscrito, por exemplo, a Cícero, a Virgílio e a textos escolhidos de Horácio, de Ovídio, de César ou de Tito Lívio, e reescrito a partir de um modo operativo de estruturas conhecidas da língua latina para satisfazer as exigências do método pedagógico dos Jesuítas, contribuiu decisivamente para garantir a divulgação e permanência de textos de autores clássicos e da civilização que os enformou.

Hoje, o ensino/aprendizagem do latim, despojado de parte da função cultural que gozava nos sécs. XVI e XVII, perdeu duas das vertentes que o tornavam talvez mais acessível: a relativa proximidade de contextos latinizantes e o objectivo de formar falantes e escritores da língua latina. Já não é necessário postular a exequibilidade de semelhante objectivo, visto que há questões de definição do padrão linguístico praticamente inultrapassáveis. Contextos pedagógicos diferentes provocam respostas metodológicas diversas com resultados distintos.

Os nossos alunos de latim são sobretudo formados para serem (quando são!) leitores e tradutores literários dos textos que a Antiguidade nos legou. Há, é certo, algumas incursões pelos textos medievais ou até pelo latim do Humanismo, mas ainda pouco significativas face à prepon-

derância histórica do latim clássico. Tem sido atribuída ao aluno de latim a tarefa quase exclusiva de pôr em prática técnicas de tradução (quando as aprendeu!) que permitem decifrar penosamente com o auxílio de um dicionário, muitas vezes inimigo, os textos de uma qualquer antologia que lhe foi imposta. Parece não haver uma aplicação de um modelo de competência interactuante para obstar a este equívoco fantástico, grande responsável por muitos dos nossos insucessos.

Menos penoso seria, sem dúvida, o acesso a textos literários ou não, escritos em latim, se se conseguisse, com a ajuda de ferramentas informáticas e de um enquadramento interdisciplinar, definir um conjunto funcional de níveis de registo da língua latina. Pela aplicação dos conhecimentos dos níveis de língua do Português e, a partir da exploração prática de um número excelente de combinatórias, podiam ser estabelecidos escalões de progresso, conducentes à satisfação da curiosidade intelectual e ao desejo de atingir modelos de competência. Semelhante procedimento conduziria a uma vontade intrínseca de aprender latim nascida da descoberta imediata das inúmeras vantagens proporcionadas pela exploração das combinatórias da língua. A atitude de reciprocidade permanente e activa entre modelos resultaria, pois, num verdadeiro acto cultural e social, provavelmente utópico dentro dos parâmetros estreitos e institucionais a que se subordina o nosso ensino.

Os Jesuítas engendraram um sistema didáctico que produziu um aluno/mestre com um nível de preparação consentâneo com o contexto cultural da latinidade do Renascimento. Não pretendemos, como é lógico, perseguir o mesmo objectivo. Queremos, outrossim, lutar pela formação de um aluno competente numa língua que, embora tenha deixado de constituir o meio privilegiado de comunicação entre a classe culta de uma civilização que falava línguas distintas, continua a ser a língua da maior parte dos textos da civilização que a configurou. O latim, hoje, é um modo de acesso aos textos como a matemática é ao cálculo. É nesta perspectiva que urge reequacionar o seu ensino para não se correrem riscos desnecessários e definitivos no limiar de uma era que deseja colocar toda a memória colectiva disponível a circular em redes de informação interactivas, onde a parte que diz respeito aos estudos clássicos tenderá a sofrer a forte concorrência de outras áreas.

Referências

- António Alberto Banha de Andrade, *Contributos para a História da Mentalidade Pedagógica Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1982.
- François de Dainville, *L'Éducation des Jésuites (XVIe - XVIIIe siècles)*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1978.
- Jerome S. Bruner, *Uma Nova Teoria de Aprendizagem*, Rio de Janeiro, Bloch, 1975.
- Leonel Franca, S. J., *O Método Pedagógico dos Jesuítas*, Rio de Janeiro, Agir, 1952.
- Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.
- Rodrigues, Francisco, *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, Porto, Apostolado da Imprensa, 1931.